

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.447.410 - ES
(2019/0036265-1)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : FAMA PNEUS AUTO CENTER LTDA
ADVOGADOS : JOSÉ CARLOS RIZK FILHO - ES010995
ALDICEIA FERREIRA DA SILVA - ES026244
EMBARGADO : DISTRIBUIDORA VITORIA LTDA
ADVOGADOS : CARLOS AUGUSTO DA MOTTA LEAL - ES005875
LEONARDO LAGE DA MOTTA - ES007722
LUIZ ALBERTO MUSSO LEAL NETO - ES018793
ANA LETÍCIA MATOS GONÇALVES - ES024348
DIEGO AUGUSTO IAMONDE TEIXEIRA - ES018474

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por FAMA PNEUS AUTO CENTER LTDA à decisão de fls. 414/415, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

No entanto, o tópico da “tempestividade” no agravo em recurso especial, informa a suspensão dos prazos no dia 02 e 06 de julho de 2018 no tribunal de origem em razão dos jogos da copa, com a juntada do ato retirado do site do tribunal, sendo o prazo final em 20/07/2018,

[...]

Além disso, o próprio Tribunal de Justiça do Espírito Santo certificou a tempestividade, com a remessa ao STJ. Destaca-se ainda que a parte contrária sequer manifestou sobre a tempestividade, justamente por ter sido protocolado o recurso dentro do prazo (fls. 419/420).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do CPC, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Não se desconhece das alegações da parte, bem como dos documentos carreados aos autos, que comprovam a suspensão do expediente forense e a decretação de feriado local em determinados dias, durante a contagem do prazo recursal.

Porém, é necessário esclarecer que o feriado local e o encerramento do expediente forense antes da hora normal estão sujeitos a disciplinas jurídicas diferentes como, por conseguinte, consequências jurídicas diversas.

É certo que, com a novel legislação processual, nos termos do art. 219, "Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis".

Por sua vez, nos termos do art. 216 do CPC, "Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense".

Conclui-se, portanto, que para fins de contagem dos prazos processuais (art. 219 c/c art. 216 do CPC), somente serão considerados os dias da semana (de segunda a sexta-feira), desde que não sejam feriados e desde que tenha havido expediente forense. Assim, de outra forma, se durante a semana houver algum dia que seja feriado ou que não tenha havido expediente forense, ele se torna um dia "não-útil", para fins de contagem de prazo processual, sendo excluído da respectiva contagem.

Foi o que aconteceu nos autos com o dia **02/07/2018** em que não houve expediente forense (fl. 387, ATO NORMATIVO Nº 119/2018).

Por outro lado, o início tardio ou o encerramento antecipado do expediente forense não torna esse dia "não-útil", ou seja, a disciplina desse fato processual não está regulada no art. 216 do CPC, mas sim, no art. 224, § 1º, do mesmo diploma processual, o qual sustenta que se "o expediente forense for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal" os "dias do começo e do vencimento do prazo serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte".

É o que aconteceu nos autos no que concerne ao dia **06/07/2018** (fl. 387, ATO NORMATIVO Nº 119/2018).

No dia acima listado houve expediente forense, que foi encerrado antecipadamente. A consequência jurídica do encerramento antecipado está prevista no art. 224, § 1º, do CPC, que é a prorrogação do dia do começo ou do dia do final do prazo. No caso dos autos, o prazo começou no dia 27/06/2018 e terminou em 19/07/2018. Se o encerramento antecipado ocorrer durante o transcurso do prazo recursal, como no caso do dia 06/07/2018, trata-se de dia útil, que se soma à contagem do prazo processual, não havendo exclusão do referido dia. Nesse sentido, o AgInt no REsp 1664678/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 27/10/2017.

Ademais, nos termos do art. 1.042, §§ 2º e 4.º do Código de Processo Civil, a competência do Tribunal *a quo*, na análise do agravo em recurso especial,

restringe-se apenas à possibilidade de eventual retratação.

Registre-se que a competência para o julgamento do referido agravo é deste Superior Tribunal de Justiça, conforme estabelecido nos §§ 3º e 4º do mencionado dispositivo, os quais preveem que logo após o oferecimento da resposta do agravado, os autos devem ser remetidos a esta instância superior.

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente